

O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

Katy Maia*

Aricieri Devidé Júnior**

Solange de Cassia Inforzato de Souza***

Fernanda Bersi de Araújo****

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar as condições econômicas das famílias monoparentais femininas do Brasil e o nível de bem estar dessas famílias em relação às demais, no ano de 2012, com base nos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) do IBGE. Para isso, examinam-se os dados da incidência de famílias chefiadas por mulheres com e sem cônjuge, além de famílias chefiadas por homens com e sem cônjuge, e suas características de renda e pobreza. Os resultados obtidos indicam que, apesar das famílias monoparentais femininas possuírem maior incidência na pobreza, e terem renda *per capita* inferior aos outros arranjos familiares, sem a presença do cônjuge elas garantem melhores condições de vida aos integrantes das suas famílias, materializadas na moradia, no acesso aos bens duráveis de consumo, de tecnologia e de educação para os filhos.

Palavras-chave: Gênero. Pobreza. Famílias monoparentais.

JEL: J12; J13; J16

1. Introdução

A partir da segunda metade do século XX, ocorreram significativas alterações no mercado de trabalho brasileiro, após a industrialização do país, com a presença crescente de mulheres no meio laboral. Contudo, a inserção da mão de obra feminina no Brasil mostrou-se de forma precária, com baixos salários, além de assumir dupla jornada de trabalho, pelo acúmulo de atividades domésticas e produtivas. É importante destacar que ao longo dos anos a remuneração das mulheres tem sido inferior à dos homens; persistindo esta diferença de salários até a atualidade, apesar dos avanços na escolaridade feminina.

Nos anos 60 e 70, uma maior visibilidade política da mulher influenciou seu comportamento e os valores sociais, pois a identidade feminina foi posta a público e alterou a ideia de ser apenas reprodutora, principalmente com o uso de pílulas anticoncepcionais e de outros métodos contraceptivos. A busca feminina por mais conhecimento pode ser

* Prof^a Dr^a da Universidade Estadual de Londrina, Dep. Economia/Mestrado em Desenvolvimento Regional – katumiaia@terra.com.br

** Prof. Dr. da Universidade Estadual de Londrina, Dep. Economia/Mestrado em Desenvolvimento Regional – aridjr@uel.br

*** Prof^a Dr^a da Universidade Estadual de Londrina, Dep. Economia/Mestrado em Desenvolvimento Regional – solangetcassia@uol.com.br

**** Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina – febersi@hotmail.com

98 – O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

observada ao longo dos anos em todo o país, através da sua maior qualificação educacional e profissional. Essas manifestações contribuíram para a elevação da taxa de participação feminina no mercado de trabalho e na política, o que atingiu todas as classes sociais.

Várias autoras tem se dedicado ao estudo das mudanças no estatuto da mulher brasileira nas últimas décadas, com destaque à pioneira Bruschini (1990, 2006, 2007), Maruani e Hirata (2003), Neves (2013), Costa (2013), entre outras. Mudanças estas no que se refere à ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho e à sua maior escolaridade.

Porém, como bem destacaram Melo e Sabbato (2011), a divisão sexual do trabalho aliada à pobreza e à exclusão, tem atingido as mulheres de forma mais aguda, tendo em vista a gama de atividades não remuneradas mercantis e familiares que recaem sobre elas em nossa sociedade.

Além disso, a estrutura familiar também tem sofrido alterações, sendo percebida ao longo do tempo uma maior incidência de famílias monoparentais, arranjos em que não há a presença do cônjuge. Esta estrutura em sua maioria é chefiada por mulheres, e em menor número por homens, o que reforçou a responsabilidade econômica das mesmas, ou seja, o papel antes atribuído ao homem de liderar a família começa a ser desempenhado pelas mulheres.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar a estrutura familiar monoparental feminina brasileira e realizar uma comparação do seu nível de bem-estar com as demais estruturas familiares, com filhos dependentes (menores de 15 anos) e em situação de pobreza presentes na sociedade brasileira. Para isso, foram utilizados os microdados de 2012 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE.

Este trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta uma revisão histórica da família monoparental, sua evolução e características ligadas ao bem-estar da família. A terceira seção analisa empiricamente os estudos sobre a pobreza feminina, mercado de trabalho e renda. A quarta seção apresenta a metodologia utilizada neste trabalho, e na quinta seção é realizada uma análise descritiva de dados da PNAD sobre estrutura familiar, rendimento, condições no domicílio, aquisição de bens duráveis e educação do ano de 2012. Por fim, na última seção, estão as considerações finais.

2. Perfil das famílias monoparentais no Brasil

As formas de famílias apresentadas na sociedade têm sofrido modificações nas últimas décadas. No estudo realizado por Mariano (2004), à família matrimonializada do início do século passado era vetada a dissolução do casamento, além de haver distinção entre os seus membros e a constante discriminação das pessoas unidas sem os laços matrimoniais e aos filhos nascidos destas uniões. A chefia familiar era do marido e a posição do cônjuge e filhos era inferior à posição dele. Desta forma, a vontade da família se tradu-

zia na vontade do homem, contudo os poderes se limitavam apenas aos filhos legítimos, os filhos ilegítimos não possuíam espaço na original família.

Em meados do século XIX, surge uma nova estrutura familiar, cuja expressão surgiu na França, a “família monoparental”, constituída apenas pela figura feminina, sendo titulada “mãe solteira” (ROUDINESCO, 2003).

Do ponto de vista socioeconômico, e de acordo com Fleck e Wagner (2003) e Vanalli e Barham (2008), a maior participação das mulheres nas atividades remuneradas implicou em mudanças no modo de suas vidas, especialmente no funcionamento da família brasileira, já que passaram a compartilhar as responsabilidades pela manutenção financeira da casa, desencadeando uma redefinição dos padrões da hierarquia familiar.

Dessen e Braz (2000) destacam que, além das mudanças sociais no âmbito profissional, a migração das pessoas do campo para a cidade ou para outras regiões em busca de trabalho ou melhores condições de vida tem levado a um distanciamento geográfico dos familiares, reduzindo a rede de apoio familiar em decorrência do distanciamento físico e psicológico entre os membros de uma mesma família. Além disso, para Vanalli e Barham (2008), a disponibilidade de apoio familiar também foi reduzida em função do envolvimento dos avós no mercado de trabalho, diminuindo o tempo disponível para o cuidado dos netos. Dessen e Braz (2000) esclarecem que, com a ascensão social, é inevitável que ocorra o distanciamento do indivíduo do seu universo de origem ou da família, assim como o contato com valores, usos e costumes, não apenas diferentes, porém mais modernos e cosmopolitas. Esses fatores, segundo os autores, levam a sociedade a questionar os modelos de família, os papéis masculinos e femininos e a própria organização familiar.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho e considerando sua imprescindível contribuição no orçamento familiar e a modernização da sociedade, Zanetti (2009) destaca que esses fatores desencadearam um processo de individuação que se contrapôs à força totalizadora e envolvente da família, provocando um afrouxamento de sua função de controle e a perda do monopólio enquanto agência socializadora.

Como ressalta Vitale (2002), a relação entre famílias monoparentais femininas e pobreza acaba, de um lado, por construir outro estigma, o de que as mulheres são menos capazes de cuidar de suas famílias ou para administrá-las sem a presença de um homem. De outro, mostra que as mulheres, hoje, ganharam maior independência e, portanto, podem assumir suas famílias.

A rotina das mulheres chefes de família encontra na dupla função trabalho/vida familiar, uma problemática que acaba por se refletir na participação dessas mulheres na vida e formação de seus filhos. Portanto, o desafio da conciliação entre o trabalho e a vida familiar pela mulher chefe de família está presente, revelando a dificuldade da mulher/mãe e provedora em promover o sustento da família e preservar uma participação mais efetiva junto a seus filhos e ao ambiente familiar.

Nos estudos sobre domicílios com chefia feminina, não se pode negar que a adoção do viés de gênero vai ser um dos fatores determinantes na discussão e na reorientação destas análises. Em primeiro lugar, por permitir uma releitura da matriz cultural dominante, “atravessada” fortemente pelas hierarquias de gênero, que marcam a tônica dos discursos em torno destes sujeitos (GONZALEZ DE LA ROCHA, 1999 *apud* MACEDO, 2012). Em segundo lugar, as análises de gênero, permitem entender por que nove entre cada dez famílias do tipo monoparental sejam chefiadas por uma mulher, pois ainda são preservados modelos mais ou menos rígidos em torno das expectativas acerca da maternidade e paternidade, em que a “ética do cuidado” é supervalorizada, o que faz com que o filho ainda seja, prioritariamente, objeto de cuidados da mãe (SCAVONE, 1995 *apud* MACEDO, 2012).

Portanto, nesta linha de raciocínio, a chefia feminina vai significar, quase sempre, para os grupos domésticos uma agudização das suas condições de subsistência, pois pressupõe uma impossibilidade das mulheres oferecerem condições econômicas adequadas à manutenção dos seus domicílios – e, nesse contexto, esta situação de privação vai ser transferida para as crianças e outros membros.

Quanto às estruturas de famílias, são reconhecidas por Sorj e Fontes (2008) as seguintes: (i) famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge; (ii) famílias chefiadas por homem, sem a presença do cônjuge; (iii) famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge; (iv) famílias chefiadas por homens com a presença do cônjuge.

Aparentemente há boas razões para se pensar que existe uma forte ligação entre pobreza e famílias chefiadas por mulheres sem a presença do cônjuge, devido à pobreza ser medida basicamente pela renda domiciliar. Segundo Ribeiro *et al.* (1998), a maior proporção dessas famílias vive nas regiões metropolitanas, sendo mais que a média para o conjunto do país. Portanto, quanto mais alto o nível de urbanização, maior o número de famílias com a presença de apenas um dos cônjuges.

De acordo com o Censo 2000 (IBGE, 2002, p.12), “os domicílios com responsáveis do sexo feminino podem ser considerados um fenômeno tipicamente urbano, visto que 91,4% dos mesmos estão localizados em cidades, enquanto apenas 8,6% estão dentro dos limites rurais”. Por outro lado, as regiões que são mais desenvolvidas, como a do Sudeste, possui menor incidência de mulheres associadas à condição de pobreza, o que não ocorre nas regiões menos desenvolvidas, como a do Nordeste.

Já os dados do Censo 2010, segundo o IBGE – Estatísticas de Gênero (2014), mostram que a proporção de famílias que tinham a mulher como responsável passou para 37,3%, sendo que nas áreas urbanas esta proporção era de 39,3% e na área rural era de 24,8%, no ano de 2010. Contudo, naquelas formadas pelo responsável sem cônjuge e com filho(s), as chamadas famílias monoparentais, as mulheres foram maioria, 87,4%. A proporção delas na área urbana foi de 88,3% e na área rural 78,3%.

Quanto ao estado civil, Goldani (1994) aponta ser mais frequente a condição de viúva (49,5%), seguidas das solteiras (24,7%) e divorciadas (23,5%), sendo pouco significativa a presença das casadas (1,9%). Há uma maior proporção de domicílios chefiados por mulheres de cor preta (21%) e parda (18%), quando comparados aos de cor branca (14%). Para o autor, de fato as condições de vida para as mulheres negras são piores em relação ao tipo de moradia, nível educacional dos moradores, renda familiar e trabalho em relação às mulheres brancas, além de enfrentar problemas sociais como a discriminação.

Quanto à escolaridade, de acordo com o IBGE (2000), 33,7% dos homens chefes de família possuíam até 3 anos de estudo e 6,4% deles chegaram a ter 15 ou mais anos de estudo. Já entre as mulheres, os números chegaram a 37,6% para até 3 anos de estudo e 7% para 15 anos ou mais de estudo. Ou seja, percebe-se uma leve diferença entre os gêneros e a conduta da família em questão.

Segundo Ribeiro *et al.* (1998) a taxa de atividade, que é a razão entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa, das mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos, em 1990, foi de 51,2%, relativamente menor do que a dos homens chefes de família (87,5%). Ou seja, praticamente metade das mulheres chefes de família é dependente de uma rede de apoio para a manutenção de seus lares. Esta situação aponta para a vulnerabilidade destas famílias, que se apoiam em programas como Bolsa Família para dar uma melhor condição ao seu domicílio.

Por outro lado, há estudos que contradizem esses autores no que diz respeito à mulher e a condição em que vive sua família. Sorj e Fontes (2008) mostraram, com dados da PNAD de 2005, que quando se compara o nível de posse de bens duráveis entre as famílias mais pobres, a situação é mais favorável às famílias chefiadas por mulheres. Isso pode ser explicado pelo fato de que as mulheres priorizam investimentos em equipamentos que facilitam as suas tarefas domésticas diárias e otimizam o seu tempo.

Com relação à presença de tecnologia e comunicação, as autoras revelam que nas famílias em que as mulheres são chefes, há maior acesso a computador, Internet e a telefonia celular se comparado às famílias que há a presença do casal e cujo homem é o chefe dela. O estudo nas favelas do Rio de Janeiro mostra que com um maior acesso à telefonia celular aumentou-se a presença dos integrantes de famílias pobres no mercado de trabalho, principalmente no informal, autônomas e de caráter eventual, como é o caso das mulheres que chefiam estes domicílios cariocas. Concluem que entre as famílias consideradas pobres, embora as monoparentais femininas tenham mostrado uma situação financeira mais desfavorável do que as famílias com a presença do casal e chefe homem, as condições de vida das primeiras eram melhores.

No que se refere ao bem-estar, essas mesmas autoras observaram em relação às crianças que, além das condições habitacionais proporcionadas, apresentaram melhora nos indicadores educacionais das crianças de 7 a 14 anos e queda do trabalho infantil.

102 – O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

Porém, em relação à frequência dos filhos na escola, foi menor neste tipo de estrutura familiar, devido à necessidade dos filhos mais velhos (de 11 a 14 anos) cuidarem dos irmãos mais novos na ausência da mãe. A amostra das famílias pobres selecionada apresentou um percentual alto de pobreza das famílias chefiadas por mulheres sozinhas, se comparadas à estrutura de famílias com casal chefiadas pelo homem, devido a sua baixa renda.

Os programas de combate à pobreza que se intensificaram desde os anos 1990 privilegiaram famílias chefiadas por mulheres, por se supor que as crianças deste tipo de estrutura sofrem maiores riscos sociais, conforme aponta Paes-Souza e Vaitsman (2007).

Melo (2005) analisou as condições de vida das pessoas constituintes das famílias. O acesso a saneamento e água canalizada, e coleta de lixo refletem melhores condições de vida para a população brasileira. Esperava-se que as famílias chefiadas por mulher sem a presença do cônjuge apresentassem piores condições em todos os indicadores, devido aos menores rendimentos auferidos por elas, mas ao contrário, essas famílias obtiveram em todos os indicadores melhores proporções do que as demais estruturas de família. Conclui-se, portanto, que mulheres chefes, sem parceiro, talvez se empenhem mais em conseguir melhores condições de moradia e de vida para seus dependentes.

3. Fatores causadores da pobreza na população feminina brasileira: mercado de trabalho e rendimentos

O conceito de ‘feminização da pobreza’ apresentado por Medeiros e Costa (2008) representa a ideia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo dos anos, mais pobres do que os homens. Este termo foi popularizado no início de 1990, e parte do pressuposto de que é uma mudança nos níveis de pobreza com um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por elas. O termo também pode ser usado para significar um aumento da pobreza devido às desigualdades entre homens e mulheres.

Neste contexto, Melo e Sabbato (2011) destacam que a pobreza das mulheres está relacionada à divisão sexual do trabalho, visto que a inserção feminina ocorreu em paralelo ao crescimento de atividades informais e altas taxas de desemprego no país. Sem dúvida, as mulheres ainda se concentram nos setores econômicos menos organizados, se submetem a contratos informais, sem a presença sindical, se expondo mais ao desemprego.

De acordo com Souza (2010), as mulheres são as maiores afetadas pela pobreza, e ainda tornam-se mais vulneráveis quando se trata de mulheres negras ou pardas que vivem em regiões menos desenvolvidas do país, como no Nordeste. A discriminação racial reverte-se em barreiras sociais e econômicas para os grupos de mulheres pobres e negras reduzindo as possibilidades de ascensão social, tanto por causa da dificuldade de obterem uma formação educacional como de assumirem melhores posições no mercado de trabalho. O ponto de partida da ascensão social dos negros já começa com dificuldades devido à herança do passado escravista.

Sorj e Fontes (2008) também mostram que a questão racial interfere nas chances dos indivíduos e revelam a trajetória das mulheres no desemprego, principalmente as mulheres negras. Mostram que há duas frentes contraditórias, uma é de que as mulheres chefes de família são mais pobres e ainda se acentua o quadro em relação às mulheres negras serem mais pobres que as brancas. A outra confronta com a questão de quando gestoras dos lares, sua maior preocupação com o bem-estar da sua família reflete em uma condição de vida melhor do que famílias com casal e chefiadas pelos homens.

A feminização da pobreza, como já descrito há décadas por Pearce (1978), é um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família. Nesta perspectiva, o processo de feminização da pobreza tem início quando a mulher, sozinha, tem que prover o seu sustento e o de seus filhos.

De acordo com Melo (2005), a razão de dependência por idade¹, é mais elevada nas famílias com crianças menores que exigem maiores cuidados e não permitem, muitas vezes, que as mães se insiram no mercado de trabalho. Dessa forma, reflete diretamente na renda dessas famílias, que devido à dificuldade de entrada da mulher no mercado de trabalho, terão menores ganhos. Nas famílias mais pobres, o índice de crianças com idade inferior a 15 anos é mais alto do que nas famílias não pobres; por outro lado, a incidência de pessoas com idade superior a 60 anos nas famílias não pobres ultrapassa a registrada para as pobres. Portanto, há maior fecundidade nas famílias pobres, mas em contrapartida não se envelhece nelas, os pobres morrem mais cedo. Esta informação é importante por que permite redesenhar as políticas públicas que privilegiem as famílias pobres e indigentes para efeito de transferências de rendas.

Devido à carência de retornos monetários da família, as crianças e os jovens são pressionados a ajudar e buscar uma forma alternativa de renda. Para Satyarthi (2006), há uma relação triangular de causa e conseqüência: em uma ponta está a pobreza, na outra, o analfabetismo e na terceira, o trabalho infantil, uma vez que as crianças que trabalham continuam pobres e seus filhos provavelmente irão trabalhar e dar continuidade a este estado de pobreza.

Constata-se, pelo estudo de Melo (2005), que famílias mais pobres concentram um maior número de pessoas sem instrução em sua composição, cujo analfabetismo é um problema. Segundo Schultz (1973) *apud* Almeida e Pereira (2004), a escola é primordial na vida do indivíduo, pois a ela compete produzir instrução, o que maximizará as oportunidades de elevar as rendas futuras. Entretanto, como expõe Ferreira (2005), em busca de melhorias na renda familiar, muitas crianças e adolescentes acabam por abandonar a escola. Desta maneira, ao invés de ajudar na renda da família,

1 Razão Dependência por idade de Melo (2005) relaciona o número de pessoas com menos de 15 anos e mais de 60 anos que dependem do provedor ou chefe da família para o seu sustento.

104 – O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

elas são condicionadas a um estado de pobreza permanente, diretamente ligado à baixa frequência escolar.

O mercado de trabalho brasileiro possui algumas características importantes que afetam a pobreza feminina, tais como: reduzida remuneração, elevada jornada de trabalho, pouca qualificação das mulheres pobres e baixa proteção social entre elas (MELO, 2005).

A feminização da pobreza, segundo Novellino (2004), é um fenômeno que pode ser atribuído ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho pelos seguintes motivos: (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para as quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal. Por estes motivos, os estudos sobre feminização da pobreza e mulheres chefes de família/domicílio estarão sempre incluindo indicadores que possam dar conta de sua forma de participação no mercado de trabalho.

Novos estudos que abordam as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho revelam, segundo Abramo (2007), que há barreiras para uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho devido aos custos de contratação e os benefícios que são concedidos por lei, como a licença maternidade, bem como suas taxas de absenteísmo que são mais elevadas em relação aos homens devido ao seu papel de cuidar das crianças, o que provocam problemas disciplinares e de continuidade dos processos produtivos, podendo afetar a produtividade da empresa. Essas implicações acarretam uma menor escolha de contratações femininas e reduções salariais.

Para Melo (2005), a diferença entre os gêneros já se inicia na distribuição da população ocupada, pois as mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas e mais expostas ao desemprego. Por outro lado, Ramos e Soares (1995) consideram que mudanças estruturais na família ocorridas nos últimos anos, tais como declínio da taxa de fecundidade e o crescimento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, funcionam como um mecanismo de redução da pobreza no Brasil.

Neste aspecto, estudos posteriores mostram que uma menor inserção das mulheres no espaço de trabalho desacelera o crescimento econômico como abordado pelo relatório do Banco Mundial (2012). A igualdade de gênero também é importante como instrumento de desenvolvimento, pois representa uma economia inteligente que pode aumentar a eficiência econômica e melhorar outros resultados no desenvolvimento. A valorização do trabalho da mulher e sua contribuição para a redução das taxas de trabalho informal são benéficas para o país, pois aumenta a arrecadação do Governo, o qual poderá investir mais na melhoria da educação, saúde e acesso às condições básicas de saneamento e água encanada.

Estudos elaborados pela OIT – Organização Internacional do Trabalho (2010) dão ênfase às políticas governamentais de incentivo a maior acessibilidade das mulheres no mercado de trabalho, corroborando para uma menor taxa de desemprego e de pobreza.

No entanto, como destaca Pacheco (2005), há um claro predomínio entre as mulheres na ocupação que agrega as domésticas. Esta ocupação atribui um perfil à mulher integrante da pobreza, pois, é a ocupação com menor rendimento. A pesquisa revela que a maior taxa de participação na ocupação das mulheres nas famílias pobres está na prestação de serviços, que engloba o serviço doméstico remunerado. O trabalho doméstico remunerado, doméstico ou não, continua desvalorizado no imaginário social, inclusive, pelas próprias mulheres pobres. A sua interação no mercado de trabalho é, por vezes, considerada por elas apenas como um “bico”, uma ajuda ocasional nas despesas domésticas, mesmo que o salário decorrente dele corresponda a mais da metade do orçamento familiar.

Como bem salientou Bruschini (2007), o emprego doméstico remunerado tornou-se um nicho ocupacional por excelência. Em 2005, segundo a autora, em torno de 90% desta ocupação era formada por mão de obra feminina, absorvendo 17% da força de trabalho. Embora este percentual ao longo do tempo esteja diminuindo, tal ocupação ainda é uma grande oportunidade de trabalho para milhões de mulheres brasileiras, apesar da precariedade da ocupação, pois muitas ainda encontram-se na informalidade – sem carteira de trabalho assinada, com longas jornadas de trabalho e baixos salários.

No que diz respeito à renda proveniente do próprio trabalho, embora o número de mulheres trabalhadoras venha aumentando a cada ano, a sua renda ainda é inferior à dos homens. A pesquisa de Galette (2010), com dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2007, mostra que as mulheres recebiam rendimentos médios 10,9% abaixo da média de mercado. O rendimento dos homens era 7,5% superior à média do mercado. O setor em que os indivíduos trabalham também influencia no salário recebido e a concentração de mulheres em setores que pagam menos poderia explicar parte do diferencial de salários.

Guedes e Araújo (2011) mostraram, com dados da PNAD de 2008, os diferenciais salariais por gênero, no Brasil. As mulheres receberam menos do que os homens, em todas as ocupações, mas houve variações nesta diferença. A maior delas estava entre os trabalhadores por conta própria, o rendimento médio feminino representou apenas 65% do masculino.

Ainda em relação às diferenças salariais, com foco na discriminação por gênero, Maia, Devidé, Souza e Cugini (2015), com dados das PNAD's de 2002 e 2011, aplicaram a decomposição de Oaxaca-Blinder em equações mincerianas. Os resultados desta pesquisa indicaram que, apesar de as mulheres serem mais escolarizadas do que os homens, ainda houve diferenciais salariais que não decorreram de fatores produtivos, sinal de discriminação no mercado de trabalho brasileiro nos dois anos examinados.

106 – O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

Em síntese, os estudos abordados nesta parte mostram que os problemas enfrentados pelas mulheres como discriminação racial e de gênero somam-se às dificuldades de conciliar trabalho e família. Isto reflete diretamente nos rendimentos auferidos por elas, na educação e bem-estar de seus filhos e na sua participação no mercado de trabalho.

4. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho utiliza a base de dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) do IBGE para pessoas e domicílios no ano de 2012. As variáveis referentes às pessoas foram: sexo, idade, condição no domicílio, anos de estudo, renda familiar *per capita* e frequência dos filhos na escola. As variáveis referentes aos domicílios foram: condições de acesso a esgoto, água canalizada, coleta de lixo, energia elétrica e telefone fixo, além da existência de bens duráveis (televisão em cores, geladeira, entre outros). Essas variáveis contribuíram para entender do papel da mulher no domicílio perante as condições oferecidas e ao bem-estar das crianças.

A variável “sexo” (gênero masculino e feminino) foi utilizada para criar as categorias de famílias. A partir da condição no domicílio e a posição na família, estudou-se a posição de chefe de família e de cônjuge, gerando assim quatro estruturas familiares: a primeira refere-se à presença do casal em que o homem é chefe; a segunda consiste na presença do casal em que a mulher é chefe; a terceira é estrutura monoparental masculina; e a quarta é a monoparental feminina, segundo Sorj e Fontes (2008). Também foram examinadas informações educacionais, entre elas, o analfabetismo e a frequência dos filhos na escola. Em relação ao analfabetismo, foram consideradas as crianças de 7 a 14 anos que possuem menos de um ano de estudo por arranjo familiar e que estão inseridas entre as famílias consideradas pobres.

A linha de pobreza e de extrema pobreza foi calculada segundo a definição adotada pelo IPEA (2010), ou seja, um indivíduo é considerado pobre se este possui renda familiar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo vigente no ano; este critério é utilizado para programas governamentais voltados para a população vulnerável. Já a linha de extrema pobreza é definida em $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente no ano. Neste estudo, foi considerado o valor do salário mínimo vigente em 2012 de R\$ 622,00, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego.

O Quadro 1 apresenta o resumo das variáveis utilizadas neste estudo.

A análise deste cenário brasileiro no ano de 2012, por meio do método da estatística descritiva, relacionou as características das formações familiares e suas implicações considerando indicadores como renda, domicílio, aquisição de bens e educação.

Primeiramente, foi elaborado um levantamento dos indicadores de desenvolvimento econômico e da pobreza, como a renda, aquisição de bens de consumo duráveis, a condição do domicílio e dimensionado o nível de frequência dos filhos na escola e o anal-

fabetismo entre as estruturas familiares, baseado no procedimento feito por Sorj e Fontes (2008) na periferia do Rio de Janeiro.

Quadro 1 – Resumo das Variáveis

Tipo de Variável	Variável Captada
Estrutura familiar	Condição no domicílio
Gênero	Sexo
Rendimento	Renda familiar <i>per capita</i>
Famílias com filho dependente	Famílias com pelo menos um filho menor de 15 anos
Escolaridade	Frequência à escola
	Anos de estudo
Condição do domicílio	Acesso à rede de esgoto
	Água canalizada
	Coleta de lixo
	Energia elétrica
	Telefone fixo
	Número de cômodos
	Total de moradores
Acesso a bens duráveis	Possui televisão
	Possui geladeira
	Possui fogão duas ou mais bocas
	Possui filtro de água
	Possui rádio
	Possui <i>freezer</i>
	Possui máquina de lavar
	Tem acesso à computador
	Tem acesso à internet
Tem telefone celular	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Posteriormente, por meio da base de dados (PNAD), foi traçado o perfil das mulheres brasileiras e o nível de pobreza dos arranjos familiares nos quais a mulher é gestora e as estruturas em que há a presença do casal e o homem como chefe de família.

5. Resultados e discussões

5.1 Características da pobreza por estrutura familiar brasileira

A análise da pobreza depende de escolhas conceituais e metodológicas e da disponibilidade de uma base de dados para se alcançar o objetivo de entender um pouco mais sobre as deficiências econômicas, que neste estudo foca o Brasil no ano de 2012.

A definição de pobreza parte do pressuposto de que famílias cuja renda auferida é relativamente baixa, não conseguem fornecer boas condições de vida para seus membros, refletidas na situação do domicílio, no acesso a bens de consumo, no nível de escolaridade dos filhos e em sua frequência na escola.

5.2 Famílias e o nível de pobreza

Os estudos sobre a família e a pobreza consideram a renda familiar *per capita* o principal indicador do nível de pobreza da família. Essa variável revela o valor médio dos recursos que são distribuídos entre os componentes da família, e que devem atender as necessidades básicas dos adultos e das crianças.

Para a presente análise foram consideradas as famílias com pelo menos um filho menor de 15 anos, pois assim procura-se mensurar mais especificamente os impactos sobre o bem-estar das crianças.

Ao abordarmos a estrutura familiar e seu nível de pobreza, é importante destacar as pesquisas de Barros, Fox e Mendonça (1994), de Barros, Corseuil e Phillippe (2000) e de Macedo (1998) *apud* Pacheco (2005). Estes autores relacionam a existência de uma ligação muito estreita entre pobreza e a chefia familiar feminina. Esta relação pode ser constatada na Tabela 1, cujo nível de renda *per capita* das famílias monoparentais está abaixo do nível de renda *per capita* das famílias que possuem casal na sua composição.

Em 2012 no Brasil, a renda *per capita* da família monoparental, com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, com chefe homem foi de R\$ 653,00, já na família monoparental cujo chefe é mulher o valor foi de R\$ 450,00. Ao se comparar com a renda média das famílias em que há a presença do casal, o valor sobe para R\$ 676,00 com o chefe homem e R\$ 690,00 com chefe mulher. Dois detalhes que merecem ser destacados: (i) as famílias compostas por casais com filhos menores do que 15 anos de idade, mas chefiadas por mulheres, geram a maior renda *per capita* de todos os arranjos familiares; e (ii) as famílias monoparentais femininas, no entanto, tem a menor renda se comparadas aos outros arranjos.

Quando analisado o percentual de pobres (renda familiar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo) entre as estruturas familiares, verifica-se que 52,22%, ou seja, um pouco mais da metade representam famílias chefiadas por mulher sem a presença do cônjuge com pelo menos um filho dependente.

Tabela 1 – Distribuição da renda familiar *per capita* por grupos de estrutura familiar, no Brasil, em 2012

Estrutura Familiar	Renda Familiar per capita (R\$)	Renda Familiar per capita (R\$) (com pelo menos um filho menor de 15 anos)	Pobres (%) (com pelo menos um filho menor de 15 anos)	Extremamente pobres (%) (com pelo menos um filho menor de 15 anos)
Famílias chefiadas por homem, com a presença do cônjuge	987	676	36,08	12,49
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	970	690	34,27	10,72
Famílias chefiadas por homem, sem a presença do cônjuge	1551	653	35,22	10,94
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	985	450	52,22	22,24

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados da PNAD/IBGE – 2012.

Nota: O valor da linha da pobreza é de R\$311,00 de 2012 e o valor da linha da extrema pobreza é de R\$156,00, conforme dados do IPEA.

Com uma diferença de 16,1 p.p., a estrutura familiar que apresentou o segundo maior percentual de pobres foi a da família chefiada por homem com a presença do cônjuge, representando 36,08% sobre o total das famílias com pelo menos um filho menor de 15 anos (dependente).

A estrutura familiar monoparental feminina com filhos menores de 15 anos de idade apresentou as maiores diferenças em relação às demais estruturas, tanto na renda *per capita* (R\$ 450,00) – a mais baixa, como no percentual de pobreza (52,22%) e de extrema pobreza (22,24%) – as mais elevadas, esta última sendo quase o dobro do percentual de famílias com a presença do casal com o chefe homem.

Ressalta-se que as famílias com menores índices de pobreza e extrema pobreza tem a presença do casal, e é chefiada pela mulher. O fato das famílias com a presença do casal apresentarem valores de renda *per capita* maiores à das monoparentais, supõe-se que é devido ao fato de que tanto a pessoa de referência como o cônjuge serem provedores de renda no domicílio.

110 – O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

Além disso, pode-se supor que os resultados negativos das famílias chefiadas por mulher sem a presença do cônjuge perante as demais, estão relacionados fortemente com a desigualdade de gênero no mercado de trabalho e nos afazeres domésticos.

Comparando os resultados com os obtidos por Sorj e Fontes (2008), é possível observar uma redução na proporção de pobres e extremamente pobres para todos os grupos de estrutura familiar, com maiores reduções nos casos de famílias monoparentais, para ambos os sexos.

5.3 Condições dos domicílios e bem-estar das crianças

As outras características das famílias selecionadas neste estudo constam na Tabela 2, a qual apresenta o número e a composição das famílias com filho(s) menor(es) de 15 anos e sua participação no total de famílias brasileiras. Foi utilizado até esta faixa etária, devido ao grau de dependência desses filhos com o(a) provedor(a) do domicílio e a idade a partir de 15 anos ser aquela em que eles podem entrar no mercado de trabalho, auxiliando na renda total da família.

Tabela 2 – Distribuição da população brasileira, por grupos de estrutura familiar com filhos dependentes, em 2012

Estrutura Familiar	Total de Famílias			Famílias Pobres		
	Nº de Famílias (em milhões)	% entre famílias com ao menos um filho menor de 15 anos	% no total de famílias	Nº de famílias (em milhões)	% entre famílias com ao menos um filho menor de 15 anos	% no total de famílias
Famílias chefiadas por homem, com a presença do cônjuge	15,7	67,38	25,57	5,6	64,37	9,12
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	3,7	15,87	6,02	1,2	13,8	1,95
Famílias chefiadas por homem, sem a presença do cônjuge	0,4	1,72	0,65	0,1	1,15	0,16
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	3,5	15,03	5,70	1,8	20,68	2,93
Famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos	23,3	100	37,94	8,7	100	14,16

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados da PNAD/IBGE – 2012.

Nota: O valor da linha da pobreza é de R\$311,00 de 2012 e o valor da linha da extrema pobreza é de R\$156,00, conforme dados do IPEA.

No Brasil, o total de famílias que continha pelo menos um filho dependente, no ano de 2012, era de 23,3 milhões, o que corresponde a 37,94% do total de famílias do país, que refere-se a 61,40 milhões de famílias.

O número de famílias chefiadas pela mulher, sem a presença do cônjuge e com filhos dependentes é de 3,5 milhões, cerca de 5,70% do número total de famílias no Brasil. Já o número de famílias com casal e chefiadas pelo homem é de 15,7 milhões ou 25,57% do total. Com relação aos classificados como pobres, os quais possuem uma renda média inferior a meio salário mínimo, o número de famílias chefiadas pela mulher, sem a presença do cônjuge e com filhos dependentes é de 1,8 milhões, cerca de 2,93% do total.

Conforme análise da Tabela 2, embora o percentual de pobres seja o segundo maior nas famílias chefiadas por mulheres sozinhas, o número de famílias pobres com o casal chefiadas pelo homem é superior, aproximadamente 5,6 milhões ou 9,12% do total de famílias no Brasil. Isso sugere que há mais crianças pobres nas famílias compostas por casal do que nas monoparentais, cujo bem-estar da família será comparado entre essas estruturas na Tabela 3.

Relativamente ao trabalho de Sorj e Fontes (2008), os resultados apontam uma elevação na proporção de famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge, tanto para o total de famílias na amostra quanto para o caso de famílias pobres com ao menos um filho menor de 15 anos, com redução nas demais estruturas.

As primeiras evidências constatadas em uma família pobre referem-se à renda como principal fator e, posteriormente, as condições em que o domicílio se encontra. Na medida em que se representa o ambiente em que as pessoas passam a maior parte do seu tempo, esta análise se torna relevante.

A Tabela 3 evidencia que mesmo as diferenças entre as rendas das estruturas familiares apresentadas na Tabela 1, não refletem fortemente em diferenças nas condições dos domicílios em termos de necessidades básicas de moradia. Conforme os dados da Tabela 3, os percentuais dos domicílios com acesso a esgoto, água canalizada, coleta de lixo e energia elétrica, chefiados por mulheres pobres com e sem a presença do cônjuge são maiores em todos os itens se comparados aos domicílios em que há a presença do casal chefiado pelo homem.

112 – O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

Tabela 3 – Distribuição da população brasileira pobre, por estrutura familiar e infraestrutura do domicílio, no ano de 2012 (em %)

Estrutura Familiar (Total de famílias com pelo menos um filho menor de 15 anos)	Domicílios com acesso a esgoto	Domicílios com acesso a água canalizada	Domicílios com coleta de lixo	Domicílios com energia elétrica
Famílias chefiadas por homem, com a presença do cônjuge	92,7	83,2	66,9	98,2
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	94,5	89,1	84,2	99,5
Famílias chefiadas por homem, sem a presença do cônjuge	89,1	84,1	73,0	96,4
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	94,4	91,6	87,3	99,5
Total das famílias brasileiras	92,6	87,0	77,8	98,4

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados da PNAD/IBGE – 2012.

Na Tabela 4 é apresentada a densidade habitacional, que consiste no número total de moradores sobre o número de dormitórios do domicílio e representa as condições de estrutura do domicílio. Quanto maior for a densidade habitacional, quer dizer que mais pessoas vivem em um domicílio com poucas condições de conforto e disposição ótima de lugar pequeno, pois há mais pessoas do que dormitórios no domicílio.

Tabela 4 – Distribuição da população brasileira pobre, por estrutura familiar e por densidade habitacional no ano de 2012 (em %)

Estrutura Familiar (Total de famílias com pelo menos um filho menor de 15 anos)	Domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório
Famílias chefiadas por homem, com a presença do cônjuge	46,4
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	51,9
Famílias chefiadas por homem, sem a presença do cônjuge	23,2
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	33,9
Total das famílias brasileiras	41,2

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados da PNAD/IBGE – 2012.

Ao analisar a densidade habitacional por estruturas familiares, percebem-se diferenças significativas entre as estruturas analisadas, a monoparental feminina e a masculina, por exemplo. A diferença entre estas duas estruturas chega a mais de 10%. Já nos arranjos familiares que são compostos por casal, a diferença entre eles cai para um pouco mais de 5%. A densidade habitacional mostra que as condições de estrutura dos domicílios das famílias consideradas pobres e com pelo menos um filho menor de 15 anos compostas por um casal e tendo chefe mulher é significativa, pois mais de 50% destas famílias possuem mais de 2 pessoas por dormitório. Se compararmos com a família monoparental, os percentuais de representação reduzem-se, mostrando melhores condições de habitação neste tipo de família.

Outro aspecto relevante diz respeito à aquisição de bens duráveis pelo domicílio. A Tabela 5 mostra as condições de vida da população brasileira pobre em 2012.

Tabela 5 – Distribuição da população brasileira pobre, por estrutura familiar por acesso a bens duráveis em 2012 (em %)

Estrutura Familiar (Total de famílias com pelo menos um filho menor de 15 anos)	Domicílios que possuem televisão	Domicílios que possuem geladeira	Domicílios que possuem fogão	Domicílios que possuem filtro de água
Famílias chefiadas por homem, com a presença do cônjuge	95,4	91,8	97,9	43,8
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	97,4	95,0	98,2	43,6
Famílias chefiadas por homem, sem a presença do cônjuge	89,3	83,6	95,9	33,9
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	96,1	92,9	98,5	44,0
Estrutura Familiar (Total de famílias com pelo menos um filho menor de 15 anos)	Domicílios que possuem rádio	Domicílios que possuem freezer	Domicílios que possuem máquina de lavar roupas	Domicílios com telefone fixo
Famílias chefiadas por homem, com a presença do cônjuge	74,4	8,7	24,7	11,4
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	71,0	8,1	33,3	15,3
Famílias chefiadas por homem, sem a presença do cônjuge	69,7	9,1	20,8	10,0
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	68,8	5,4	31,2	14,5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados da PNAD/IBGE – 2012.

114 – O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

Embora não se tenham dados comparativos para os outros bens de consumo duráveis, fica nítido o nível de acesso ainda baixo para as famílias pobres aos bens mais caros como *freezer* e máquina de lavar roupas.

Em relação às estruturas familiares, a posse desses bens é mais favorável àquelas chefiadas por mulheres, com exceção do *freezer* e do rádio que tem maior acesso as famílias chefiadas pelos homens.

Pode-se supor que as famílias chefiadas por mulheres obtêm maior acesso a esses bens pelo fato delas imporem mais suas preferências e pela necessidade de executar suas tarefas domésticas e o cuidado com os seus filhos. Portanto, as mulheres investem mais em equipamentos que permitem a economia do tempo na reprodução cotidiana das necessidades da sua família, como máquina de lavar roupa.

As novas tecnologias de comunicação auxiliam no maior acesso a informações em tempo real, além de ajudar no processo educacional dos filhos. Neste aspecto, observa-se uma maior presença dessas tecnologias nas famílias que possuem a mulher como chefe do que nas famílias chefiadas por homens.

Conforme a tabela 6, cerca de 24,6% das famílias com a presença do casal e mulher como chefe apresentam acesso a computador, juntamente com 18% que possuem acesso a um computador com internet contra 20,3% e 14,7%, respectivamente, para as famílias com casal chefiado por um homem.

Apesar da pequena disseminação das novas tecnologias de informação entre as famílias pobres, as monoparentais femininas estão saindo à frente no acesso a esses bens.

Tabela 6 – Distribuição da população brasileira pobre, por estrutura familiar e por acesso a tecnologias em 2012 (em %)

Estrutura Familiar (Total de famílias com pelo menos um filho menor de 15 anos)	Domicílios com acesso a computador	Domicílios com acesso a computador com internet	Domicílios com acesso à Internet entre os que têm computador	Domicílios que possuem telefone celular
Famílias chefiadas por homem, com a presença do cônjuge	20,3	14,7	72,8	83,0
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	24,6	18,0	73,1	88,2
Famílias chefiadas por homem, sem a presença do cônjuge	18,8	15,2	81,5	77,3
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	23,5	16,8	72,2	88,4
Total das famílias brasileiras	21,8	16,1	74,9	84,2

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados da PNAD/IBGE – 2012.

No caso específico do telefone celular, a pesquisa elaborada por Sorj e Fontes (2008) mostra que o uso desse aparelho aumenta significativamente as chances no mercado de trabalho para as pessoas desenvolverem atividades informais e autônomas, como é o caso das mulheres chefes de família. Este aumento no uso do celular possibilita a geração de uma renda extra além de conceder um controle maior sobre os filhos que, neste tipo de estrutura, ajudam a cuidar dos irmãos menores ou que ficam sozinhos nas casas no período em que elas estão trabalhando.

Os resultados demonstram que, em comparação com a pesquisa de Sorj e Fontes (2008), houve melhora nos indicadores de infraestrutura domiciliar para todas as estruturas familiares, de modo mais acentuado no caso de acesso a água canalizada e acesso a esgoto. Em relação aos bens duráveis presentes nos domicílios, foram verificadas elevações nos indicadores para todas as estruturas familiares em relação ao percentual de domicílios que possuem televisão (maiores variações nos domicílios chefiados por homem), geladeira e máquina de lavar (maiores variações nos domicílios com a presença do cônjuge); no caso de fogão, freezer e filtro de água, não houveram variações significativas. Os bens duráveis relacionados à tecnologia sofreram variações significativas esperadas para todos os casos, de acordo com os avanços tecnológicos, como é o caso de elevação dos domicílios com telefone celular e redução dos domicílios com telefone fixo e rádio, enquanto que o desenvolvimento da informática refletiu no expressivo aumento na proporção de domicílios com computador e acesso a internet (de modo mais expressivo no caso de domicílios com a presença do casal).

Além das condições habitacionais, a educação e a frequência na escola são fatores importantes para a geração de renda futura e o desenvolvimento das novas composições familiares. A Tabela 7 apresenta as taxas de analfabetismo e da frequência das crianças de 7 a 14 anos na escola, por estrutura familiar; estas taxas foram comparadas com o total de cada estrutura. Ao analisar esta tabela, observa-se que a taxa de analfabetismo, em 2012, foi maior entre as famílias com casal chefiadas pelo homem, 19,05%, e nas famílias com casal chefiadas pela mulher, 17,79%. Vale ressaltar que as crianças consideradas neste estudo encontram-se na faixa etária de 7 a 14 anos, sendo que possuem menos de um ano de estudo, consideradas analfabetas.

Supõe-se que estas taxas são mais elevadas entre as famílias monoparentais femininas em relação às masculinas, devido ao fato de os filhos maiores terem que deixar a escola para cuidar dos irmãos menores de 7 anos e terem que ajudar nos afazeres domésticos enquanto a mulher (mãe) encontra-se no trabalho.

A taxa de analfabetismo foi calculada com base na relação entre o número de filhos de 7 a 14 anos analfabetos de cada estrutura familiar e número total de filhos dessas famílias, com renda familiar *per capita* abaixo de R\$ 311,00, ou seja, consideradas pobres.

Tabela 7 – Distribuição da população brasileira pobre, por estrutura familiar, por taxa de analfabetismo e frequência na escola das crianças de 7 a 14 anos, em 2012 (em %)

Estrutura Familiar (Total de famílias com pelo menos um filho de 7 a 14 anos)	Taxa de Analfabetismo	Frequência na Escola
Famílias chefiadas por homem, com a presença do cônjuge	19,05	98,66
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	17,79	98,18
Famílias chefiadas por homem, sem a presença do cônjuge	14,57	95,75
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	16,91	98,03

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados da PNAD/IBGE – 2012.

Apesar de a taxa de analfabetismo ter sido elevada na estrutura monoparental feminina (16,91%), nas famílias com a presença do casal e chefiadas pelo homem a taxa foi ainda maior (19,05%). Por outro lado, as taxas de frequência escolar dos filhos das famílias monoparentais e com casal, chefiadas por mulher, mostraram-se elevadas, 98,03% e 98,18%, respectivamente. Pode-se supor que isso ocorra devido a um maior incentivo dessas famílias deixarem seus filhos em creches e escolas para mães poderem trabalhar e garantir a renda de sua família.

Em comparação com os resultados de Sorj e Fontes (2008), houve um aumento na taxa de analfabetismo em todas as estruturas familiares, exceção aos domicílios chefiados por homem, sem a presença do cônjuge. O indicador de frequência na escola apresentou leve elevação para todos os casos.

Este estudo permite questionar Paes-Souza e Vaitsman (2007), os quais afirmam que as crianças de famílias pobres monoparentais femininas estão em situação de maior risco social quando comparadas com as crianças pobres pertencentes aos arranjos familiares convencionais. Políticas públicas recentes de transferência de renda condicionada à frequência das crianças na escola podem ter auxiliado na redução dessa vulnerabilidade.

Portanto, ao verificar os resultados apresentados, a mulher como provedora do lar sem a presença do cônjuge, apresenta melhores condições de domicílio no que diz respeito às necessidades básicas de moradia, e também se pode notar uma maior aquisição de bens duráveis em relação às outras estruturas familiares. Esta maior aquisição demonstra

que apesar da renda ser inferior em relação aos outros arranjos familiares, ela se dedica mais para melhorar o bem-estar das suas crianças e proporciona um ambiente com melhores condições para o desenvolvimento futuro delas.

6. Considerações Finais

Este artigo analisou o papel das mulheres brasileiras pobres nas estruturas familiares e as diferenças das características dos domicílios brasileiros chefiados por mulheres se comparadas àqueles que se constituem a partir de outros arranjos familiares, no ano de 2012.

A seleção das famílias monoparentais femininas como principal estrutura a ser analisada partiu do conceito da “feminização da pobreza”, de Medeiros e Costa (2008). Para estes autores, a mulher vem se tornando mais pobre ao longo do tempo em relação aos homens, pois partem do pressuposto de que a mudança nos níveis de pobreza vem de um viés desfavorável às mulheres em relação aos domicílios chefiados por elas.

Neste estudo, não foram encontradas evidências que corroborem a afirmação de que as famílias monoparentais femininas oferecem condições adversas para o bom desenvolvimento dos filhos. Mediante a comparação entre as estruturas, identificou-se que as famílias chefiadas por mulheres sem a presença do cônjuge obtiveram resultados positivos na maioria dos indicadores perante as estruturas que consideram a presença do casal em sua composição.

Salvo que as famílias monoparentais femininas possuem uma renda *per capita* inferior e a taxa de analfabetismo ser maior do que a das famílias com o casal e chefe homem, as condições dos domicílios em que residem são superiores, e não apresentam diferenças importantes entre as taxas de frequência dos filhos na escola comparadas às de famílias com a presença do casal.

Além disso, as famílias formadas por casais sob liderança feminina e com filhos menores de 15 anos de idade dispõem de renda e qualidade de vida melhores do que aquelas chefiadas por homens. Destaca-se ainda que os resultados encontrados neste estudo confirmam os obtidos em pesquisa anterior, de Sorj e Fontes (2008).

Conclui-se neste estudo que o papel da mulher pobre nas estruturas familiares brasileiras no ano de 2012, trouxe condições de bem-estar para as crianças, mesmo em situações monetárias desfavoráveis. A preocupação dessas mulheres em atender às necessidades básicas de moradia e acesso aos bens duráveis dos membros de sua família está revelada nos indicadores estudados.

118 – O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

The role of poor brazilian women in structure family single parent feminine: an analysis of 2012 year

Abstract

The aim of this study is to analyze the economic conditions of female single-parent families in Brazil and the welfare level of these families in relation to the other, in the year 2012, based on microdata from PNAD (National Survey of Household Sample) IBGE. To do this, examine the data the incidence of households headed by women with and without spouses, and families headed by men with and without a partner, and their income and poverty characteristics. The results indicate that despite female single parents having higher incidence in poverty, and have per capita income lower than the other family arrangements, without the presence of the spouse they guarantee better living conditions to members of their families, materialized in housing, in access to durable consumer goods, technology and education for the children.

Keywords: Gender. Poverty. Single parent families.

Referências

ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/pt-br.php>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

ALMEIDA, E. P.; PEREIRA, R. S. **Críticas à teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas públicas em educação)**. Mato Grosso, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

BANCO MUNDIAL, **Relatório sobre o desenvolvimento Mundial de 2012**. Washington, 2012.

BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H. L.; PHILLIPPE, G. **Mercado de Trabalho e pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, R. Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro. IPEA, 2000.

BARROS, R.; FOX, L.; MENDONÇA, R. **Pobreza e domicílios chefiados por Mulheres**. Rio de Janeiro, IPEA, 1994.

BRUSCHINI, C. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas; Revista dos Tribunais, 1990.

_____. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.24, n. esp., 2006.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v.37,

n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA; H. (Orgs). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

COSTA, A. O. Apresentação – Contraste entre sexos, contraste entre mulheres. **CADERNOS DE PESQUISA**, v. 43, n.149, p. 400-402, maio/ago. 2013.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n.3, 2000.

FERREIRA, J. C. **Trabalho infantil e a luta contra a miséria**. Brasília: OIT, 2005. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/artigos/ler_artigos.php?id=661>. Acesso em: 04 abr. 2014.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.8, número especial, 2003.

GALETE, R. A. Um **Estudo sobre Diferenciação de Salários na Indústria de Transformação da Região Metropolitana de Curitiba**. 1999. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

GUEDES, M. C.; ARAÚJO, C. Desigualdades de Gênero, Família e Trabalho: Mudanças e Permanências no Cenário Brasileiro. **Gênero**, Niterói, v.12, n. 1, p. 61-79, 2011.

GOLDANI, A. M. Retratos de família em tempos de crise. **Estudos Feministas**, (n. especial), p. 303-335, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. **Estudos & Pesquisas - Informação demográfica e socioeconômica**, n. 8. Rio de Janeiro. IBGE/Departamento de População e Indicadores Sociais. 2002.

_____. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em: 10 mai. 2013.

_____. **PNAD 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. Estatísticas de Gênero: uma análise dos Resultados do Censo Demográfico 2010. **Estudos & Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.33, Rio de Janeiro. IBGE/Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2014.

IPEA, **País pode acabar com a pobreza em 20 anos**. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/10/brasil-podera-acabar-com-a-pobreza-em-20-anos-diz-ipea>>. Acesso em: 16 jun. 2014

120 – O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012

MACEDO, M. S. **Mulheres chefes de família e feminização da pobreza:** Uma contribuição crítica dos estudos feministas e de gênero. 2012. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/ANAIS/CONINTER/GT16>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

MAIA, K. ; DEVIDÉ, A. J.; SOUZA, S.C.I.; CUGINI, S. C. B. **A mão-de-obra feminina no mercado de trabalho brasileiro: discriminação salarial por gênero.** Ciências Sociais em Perspectiva. Volume 14, n. 26, p. 30-53, 1º.semestre 2015.

MARIANO, A. B. P. **As mudanças no modelo familiar tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares.** 2004. Disponível em: <www.unibrasil.com.br/arquivos/.../ana-beatriz-parana-mariano.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade:** homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. **O que entendemos por “feminização da pobreza”?** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

MELO, Hildete Pereira; SABBATO, Alberto Di. A estrutura econômica num prisma de gênero - PNAD/IBGE 2008. Rev. Gênero, Niterói , v. 12, n. 1, 2011 .

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil.** 2005. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GGeneroPobreza_Brasil04.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

NOVELLINO, M. S. F. Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004.

NEVES, M. de A. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n.149, p.404-421, maio/ago. 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, **Igualdade de gênero e raça no trabalho:** avanços e desafios. Brasília, 2010. 216 p. Disponível em: <<http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/Igualdade%20Trabalho.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

PACHECO, A. L. P. B. **Mulheres pobres e chefes de família.** 2005. 260 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2005.

PAES-SOUSA, R.; VAITSMAN, J. (dir.). Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, n.5, 2007.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. In **Urban and Social Change Review: Special Issue on Women and Work**, 1978. Disponível em: <<http://www.adhdocs.com/pdfbank/20140412/the-feminization-of-poverty-national-association-of-social.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2014.

RAMOS, L.; SOARES, A. L. Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 3, 1995.

RIBEIRO, R. M.; SABOIA, A. L.; CASTELLO BRANCO, H.; BREGMAN, S. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: S. M. Kaloustian (Org.), **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 135-158.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SATYARTHI, K. **Desafios ao desenvolvimento**. 2006. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edições/26/artigo29574-3.php>> Acesso em: 20 maio 2014.

SORJ, B.; FONTES, A. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. **Mercado de trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SOUZA, A. A. **Desigualdade racial e mobilidade ocupacional no Brasil**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/VIseminario/Trabalhos/Comunicações.doc>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

VANALLI, A. C. G.; BARHAM, E. J. A demanda para políticas públicas adicionais para trabalhadores com filhos pequenos: o caso de professoras. **Revista Temas de Psicologia**. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 1-9, 2008.

VITALE, M. A. F. Famílias Monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade: Família**, v. 23, n. 71. São Paulo, Cortez, 2002.

ZANETTI, S. A. S. **A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 40, n. 2, abr./jun. 2009.

Recebido para publicação em junho de 2015.

Aprovado para publicação em outubro de 2016.

